

Entre o interacional e o interseccional: Contribuições teórico-conceituais das intelectuais negras para pensar a comunicação

*Between the interactional and the intersectional:
Theoretical and conceptual contributions of black women intellectuals to
think about communication*

Laura Guimarães Corrêa

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG, com vínculo à linha Processos Comunicativos e Práticas Sociais. Integra a diretoria do Centro Internacional de Semiótica e Comunicação (CISECO) e coordena o Grupo de Pesquisa em Comunicação, Raça e Gênero (Coragem).

Email: guimaraes.laura@gmail.com

Pâmela Guimarães-Silva

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG).

Email: pamelaguimaraes14@gmail.com

Mayra Bernardes

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG).

Email: mayrabernardesc@gmail.com

Lucianna Furtado

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Email: lucianna.furtado@gmail.com

Submetido em: 07/09/2018

Aceito em: 09/12/2018

RESUMO

Neste artigo, propomos o entrelaçamento das contribuições teóricas de intelectuais negras com o paradigma relacional da comunicação. Tomando como ponto de partida dois episódios de racismo envolvendo celebridades no Brasil em 2017 (o ataque à filha adotiva de Bruno Gagliasso e Giovanna Ewbank, e a repercussão negativa da palestra de Taís Araújo sobre o preconceito racial contra seus filhos), e também nossas vivências como pesquisadoras negras, exploramos os conceitos de interseccionalidade, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1989), e de estrangeira de dentro (outsider within), desenvolvido por Patricia Hill Collins (2016), a fim de evidenciarmos como a visão interseccional pode contribuir para complexificar a análise de fenômenos comunicacionais numa sociedade marcada por desigualdades de raça e gênero.

PALAVRAS-CHAVE: *Intelectuais negras; Interações comunicacionais; Interseccionalidade; Estrangeiras de dentro.*

ABSTRACT

In this article, we propose the interlacing of the contributions of black women intellectuals with the relational communication paradigm. As a starting point, we take two episodes of racism involving celebrities in Brazil in 2017 (the attack suffered by the adopted daughter of Bruno Gagliasso and Giovanna Ewbank, and the negative repercussion of Taís Araújo's speech about racial prejudice against her children), and also our experience as black female researchers, we explore the concepts of intersectionality, developed by Kimberlé Crenshaw (1989), and of outsider within, developed by Patricia Hill Collins (2016), in order to show how intersectional vision can contribute to complicate the analysis of communicational phenomena in a society marked by inequalities of race and gender.

KEYWORDS: *Black Women Intellectuals; Communicational Interactions; Intersectionality; Outsiders within.*

RESUMEN:

En este artículo, proponemos el acoplamiento de las contribuciones teóricas de intelectuales negras con el paradigma relacional de la comunicación. Tomando como punto de partida dos episodios de racismo que involucran a celebridades brasileñas en 2017 (el ataque a la hija adoptiva de Bruno Gagliasso y Giovanna Ewbank, y la repercusión negativa de la conferencia de Taís Araújo sobre el prejuicio racial contra sus hijos), y también nuestras vivencias como investigadoras negras, exploramos los conceptos de “interseccionalidad”, desarrollado por Kimberlé Crenshaw (1989), y de “extranjera de dentro”, desarrollada por Patricia Hill Collins (2016), a fin de evidenciar cómo la visión interseccional puede complejizar el análisis de fenómenos comunicacionales en una sociedad marcada por desigualdades de raza y género.

PALABRAS CLAVE: *Intelectuales negras; Interacciones Comunicacionales; Interseccionalidad; Extranjeras de dentro.*

1. Introdução

- Você trabalha aqui? – *Não, eu também sou hóspede aqui.*
- Chama a sua patroa por favor. – *Eu sou a dona da casa.*
- A que horas chega a diretora? – *Sou eu a diretora.*
- Quanto custa isso? – *Eu não sei, não trabalho aqui.*
- Você é estudante ou funcionária? – *Sou professora nesta faculdade há 10 anos.*
- Este hotel não aceita “acompanhantes”. – *Nós somos casados.*
- Você trabalha em casa de família? – *Eu faço doutorado.*
- Você é a babá dela? – *Não, sou a mãe dela.*
- Você não tem perfil de pesquisadora. – ...
- Mas como assim você não sabe sambar? – ...
- Por que você fala francês? – ...

Esses diálogos reais aconteceram e acontecem conosco e com nossas colegas negras quase todos os dias. É comum que mulheres negras não sejam vistas nos espaços públicos como doutoras, esposas, namoradas, hóspedes, diretoras, clientes, mães, professoras, pesquisadoras, intelectuais. Somos constantemente lidas como atendentes, babás, empregadas, acompanhantes, prostitutas, vendedoras, trabalhos socialmente desvalorizados e geralmente mais relacionados ao corpo, ao cuidado e à manutenção da vida do que à atividade intelectual. Esses “equivocos” acontecem em lugares e situações as mais diversas e importa pouco se vestimos roupas caras ou baratas, para o trabalho ou para o lazer. O trabalho corporal e do cuidado parece estar inscrito socialmente na cor da

pele, cor que parece nos afastar dos lugares do saber, da decisão e do poder. Principalmente do poder de falar.

O estranhamento com o qual as pessoas nos veem, ou nos veem e não nos reconhecem, está baseado em sistemas de poder e de representação na sociedade estratificada em que vivemos, marcada por desigualdades de gênero, raça e classe, entre outras. Esses sistemas opressores, assim como as representações que os apoiam e reproduzem, não são recentes, mas arraigados em um passado escravista e patriarcal que marcou a formação e o funcionamento da sociedade brasileira, definindo lugares de negros e brancos, homens e mulheres, ricos e pobres. Mesmo considerando suas especificidades, podemos afirmar que há semelhanças com outros países em que o colonialismo esteve presente.

Nos textos e imagens mais autorizados e valorizados em nossa sociedade, as mulheres são faladas muito mais do que falam. Quando surgem nas investigações científicas, são mais pesquisadas do que pesquisadoras. Esses discursos, assim como os sujeitos e as instituições como a ciência, a medicina, a psiquiatria, a história, o direito, a política, a mídia, têm sido majoritariamente masculinos, brancos, heterossexuais, provenientes das classes médias e altas. Assim, historicamente, a mulher negra tem sido muito mais objeto do que sujeito do discurso hegemônico e oficial. O grupo social mulheres negras tem sido marcado por opressões baseadas na diferença como um desvio do padrão não marcado homens brancos.

A mulher, então, não é definida em si mesma, mas em relação ao homem e por meio do olhar do homem, como Simone de Beauvoir apresenta em seu percurso filosófico. A constatação é complexificada e sofisticada por intelectuais negras (GONZALEZ, 1983; hooks, 1995; MIRZA, 1997; KILOMBA; 2008; RIBEIRO, 2017), que apontam que a mulher negra – por não ser nem branca, nem homem – ocupa uma posição ainda mais difícil na sociedade. Ela é o “outro do outro”, uma dupla alteridade resultante de uma dupla antítese, da branquitude e da masculinidade.

Como afirma Guacira Louro, a hegemonia da voz de determinado grupo só pode ser enfrentada e transformada por meio de embates entre os vários sujeitos no terreno da cultura.

Apropriar-se dessas instâncias culturais e aí inscrever sua própria representação e sua história, propor as questões de seu interesse, mostrar sua estética e sua ética tornam-se uma meta urgente para (...) grupos antes submetidos. A luta no terreno cultural é, fundamentalmente, uma luta em torno da atribuição de significados. Significados que são produzidos em meio a relações de poder – não apenas porque eles expressam posições de poder, mas também porque têm efeitos de poder (LOURO, 2002, p. 232).

Nesse ponto, cabe destacar que o termo luta, empregado pela autora, expressa com precisão essa relação entre o cultural e o político que se dá permeada por tensões nas quais os sujeitos disputam “o poder e a habilidade de conceber não apenas a própria história, mas a do outro, e de fazer dessa história a definitiva” (ADICHIE, 2009). Trata-se da disputa sobre o poder de gerenciar os discursos e a (in)visibilidade de sujeitos e grupos que compõem a sociedade. As interações comunicacionais, principalmente aquelas midiáticas, são lugares privilegiados para percebermos essas disputas, negociações e transformações.

Em nossos esforços para apreender esses processos, deparamo-nos com as contribuições teórico-conceituais de intelectuais negras que nos incitam a colocar uma lupa em direção à sobreposição das identidades sociais dos sujeitos, bem como sobre os sistemas de discriminações e de opressões de raça, gênero e classe; para pensar as questões socioculturais. Essas autoras propõem uma noção de alteridade a partir da observação e da reflexão sobre a sua vivência, a partir do lugar do *outro do outro*.

Neste artigo, nossa proposta é apresentar, explorar e refletir sobre os conceitos de estrangeira de dentro (*outsider within*), desenvolvido pela intelectual negra Patrícia Hill Collins (2016) e o conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989, 1991) como contribuições teóricas para pensar o processo comunicacional.

2. Retratos do acesso à fala e do silenciamento no espaço midiático

Como ponto de partida, retomamos aqui dois casos de racismo envolvendo celebridades, ocorridos em 2017. Em agosto, a atriz Taís Araújo foi uma das palestrantes do TEDX São Paulo. Em novembro do mesmo ano, o vídeo da conferência foi divulgado pela organização do evento e o discurso da atriz viralizou nas redes sociais. A atriz, que recebeu em 2017 da ONU Mulheres Brasil o título de defensora dos Direitos das Mulheres Negras e tem atuado contra o racismo, fez uma breve palestra na qual contou que é mãe de João Vicente, de 6 anos, e Maria Antônia, de 2 anos. Em sua fala intitulada “Como criar crianças doces num país ácido”, Araújo chamou a atenção para os problemas do racismo e do sexismo no Brasil.

Taís abre sua palestra narrando como as pessoas tendem a questioná-la sobre a diferença entre criar crianças de gêneros distintos, uma menina e um menino. Ela conta que por muito tempo respondeu que não há diferenças, mas que essa resposta é uma mentira. Essa revelação é o gancho utilizado para tratar de forma interseccional das questões de gênero e raça. Segundo a atriz, o gênero de seu filho pode livrá-lo de situações de discriminação e violência vivenciadas por mulheres. Entretanto, essa hipótese é colocada em questão, pois seu filho é negro. Ela diz: “Meu filho é um menino negro. E liberdade não é um direito que ele vai poder usufruir se ele andar pelas ruas descalço, sem camisa, sujo, saindo da aula de futebol” (ARAÚJO, 2017grifo nosso). Araújo citou estatísticas para comprovar o que afirmou sobre gênero e raça no Brasil. Ainda assim, logo após a divulgação do vídeo, as redes sociais foram tomadas por memes que ironizaram sua fala.

No mesmo mês, novembro de 2017, a vlogueira conhecida como Day McCarthy divulgou um vídeo em que faz comentários ofensivos sobre Chissomo, filha adotiva de Bruno Gagliasso e Giovanna Ewbank. Os famosos atores são brancos, com pele, cabelos e olhos claros, fenótipo que constitui o padrão de beleza hegemônico no Brasil. A criança, conhecida como Titi, nasceu no país africano Malawi, tem quatro anos, pele escura e características fenotípicas negras. Essas características foram bestializadas e estigmatizadas por McCarthy, que declarou: “(...) ficam elogiando aquela macaca, preta,

horrível, e o povo fala que a menina é linda. Essas mesmas pessoas vêm no meu Instagram criticar a minha aparência? Você só tá puxando o saco porque é adotada por famosos?”.

A fala racista da vlogueira foi repudiada imediatamente nas redes sociais e na imprensa, com mais de um milhão de likes na publicação de Gagliasso no Instagram sobre o assunto e centenas de milhares de mensagens de apoio à família ofendida. Pouco tempo depois, Ewbank agradeceu a comoção pública em prol da criança e se posicionou nas redes sociais: “racismo é crime, e já estamos tomando as devidas providências perante a lei”. Na semana seguinte, Bruno Gagliasso prestou queixa contra a vlogueira e, ao sair da delegacia, fez uma declaração à imprensa: “Não vai ficar impune. A delegada foi bem clara para mim: ‘Bruno, ela cometeu um crime. Ela pode estar em qualquer lugar do mundo, mesmo assim vai ter que responder por isso’”. Gagliasso também postou em suas redes sociais uma foto com o rosto e a frase da filósofa, ativista e feminista negra Angela Davis: “Numa sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista”. O tema também foi abordado em programa do Fantástico, com participação do casal Gagliasso Ewbank e de pessoas negras não famosas que relataram episódios de discriminação pelos quais elas e suas crianças passaram.

Os dois casos, que envolveram pessoas negras, acontecidos em um curto espaço de tempo, nos causaram inquietação. Em ambos, as temáticas do racismo e de injúria racial (interseccionadas com a questão de gênero) são evidentes, mas o casal de pais brancos tem ampla aceitação e a mãe negra, ainda que respaldada por diversos dados estatísticos, foi ironizada. Nesse sentido, nos filiamos aos questionamentos de Grada Kilomba: “Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?” (2017, p. 26), e acrescentamos: qual é o perigo de se ter uma mulher negra como parte integrante das interações sociais?

3. A participação interseccional da estrangeira de dentro nas interações comunicacionais

A interseção entre as múltiplas identidades subjugadas é fundamental para pensarmos no lugar social ocupado pelos sujeitos em suas trocas comunicativas, na construção de suas identidades e no reconhecimento das identidades dos outros. O termo *interseccionalidade* foi elaborado por Kimberlé Crenshaw (1989, 1991) para nomear e sistematizar a perspectiva teórico-metodológica de diversas ativistas e intelectuais negras que pensam as questões de raça, gênero, classe, sexualidade, dentre outras, como opressões de natureza interligada, que não operam de forma isolada, mas se sobrepõem e se combinam de forma a complexificar as estruturas de poder e subalternidade. Essas identidades atribuem significados e sentidos às falas dos sujeitos, revestindo-as de (des)legitimidade discursiva conforme o lugar que ocupam na teia da realidade social – uma teia permeada pelas posições políticas dos sujeitos, por suas visões de mundo e também pelos imaginários hegemônicos que naturalizam as construções sociais de preconceito, discriminação e hierarquização.

Na perspectiva de França (2001), a comunicação tende a ser tratada somente na esfera dos direitos individuais de acesso à informação e à expressão própria. Sem negligenciar a relevância desse enfoque, a autora propõe pensar a comunicação em uma dimensão coletiva, onde diferentes grupos se encontram em esferas de interação discursiva: “É através da palavra, da construção de projetos e lugares de fala que os grupos sociais acedem ao universo das representações – e constroem sua identidade” (FRANÇA, 2001, p. 4).

Ao elaborar sobre o que seria a abordagem interseccional, Crenshaw (1989, 1991) evidencia as relações entre as identidades individuais e sua dimensão coletiva, destacando a construção das identidades como lugares sociais em estruturas de poder. Desse modo, ao propor uma abordagem interseccional centralizada nas experiências das mulheres negras silenciadas e marginalizadas pelas relações de poder, a autora oferece a oportunidade de complexificar o olhar sobre questões sociais – tomando as experiências individuais como pontos de partida para lançar luz sobre o que essas experiências dizem da coletividade e das estruturas da sociedade.

As falas que reproduzimos no início deste artigo, por exemplo, revelam experiências individuais vivenciadas por nós, mas que são comuns às mulheres negras que conseguem chegar em posições de poder. Essas falas dizem da maneira como a sociedade *estranha* ou até mesmo rejeita nossa presença em determinados espaços, e também da maneira como nós (re)agimos a esse estranhamento. Podemos tomar como exemplo o conturbado processo de

eleição e posse de Tyrus Bird, a primeira mulher negra a ser eleita prefeita de uma pequena cidade do interior dos Estados Unidos. Ao narrar o caso, no qual diversos servidores públicos brancos pediram demissão de seus cargos após a posse da prefeita negra, Djamilia Ribeiro reflete:

Se uma mulher negra no poder assusta tanto a ponto de servidores públicos se demitirem, é porque está desnaturalizando o lugar de submissão que foi construído para nós, e o incômodo não está mais em nós, por julgarmos que certos espaços não nos pertencem. (2018, p. 59).

Ao delinear uma trajetória dos estudos interseccionais, Patricia Hill Collins (2017) atribui a potência dessa abordagem ao seu surgimento na interseção de múltiplos movimentos sociais que atuam ou atuaram fora do ambiente acadêmico, sendo incorporados por este apenas posteriormente, quando as mulheres negras trouxeram as sensibilidades dos movimentos para o saber institucionalizado. Na visão da autora, partir das experiências de mulheres negras como criadoras de conhecimento é uma forma de expor pontos de vista tradicionalmente negligenciados e silenciados, enfatizando que todos os discursos são elaborados a partir de perspectivas particulares, embora a construção da legitimidade discursiva se organize de forma normativa em torno dos homens brancos e demais categorias de poder como neutros ou universais.

Nesse sentido, a própria desconstrução dessas categorias normativas como universais é um movimento recorrente nas falas e produções intelectuais de mulheres negras, bem como a introdução de perspectivas contra-hegemônicas sobre as interações sociais e seus processos de significação. Isso poderia se concretizar, por exemplo, no questionamento da prática recorrente entre pesquisadores de se buscar e citar autores/as negros/as apenas quando estamos falando de (ou com) pessoas negras, enquanto a perspectiva de autores/as brancos/as segue sendo adotada para qualquer tipo de pesquisa. Como se apenas os trabalhos de autores/as negros/as possuísem marcas de raça e classe, e os outros, feitos por autores/as brancos/as, fossem neutros.

Essa prática acaba contribuindo, com muita frequência, para a deslegitimação das pesquisas de autores/as negros/as. Retomamos aqui o argumento defendido por Grada Kilomba (2008) de que as práticas coloniais de silenciamento de sujeitos negros revelam o desejo de ocultar o que esses sujeitos negros teriam a dizer sobre si mesmos, sobre a

branquitude e as relações raciais de modo geral. A autora questiona, assim, quem pode falar e o que acontece quando sujeitos subalternizados falam, quando nomeiam as estruturas de privilégio, poder e violência que marcam suas interações com os sujeitos das categorias normativas.

Kilomba (2008) sistematiza, assim, uma série de práticas de deslegitimação dos discursos construídos por esses sujeitos *outros*, historicamente violentados e silenciados em suas tentativas de dar significado às estruturas de poder que organizam suas interações sociais. Essas práticas de silenciamento e deslegitimação são edificadas em relações dicotômicas entre o universal e o específico; entre o objetivo e o subjetivo; o neutro e o pessoal; em que os sujeitos dotados do poder revestem a própria produção de conhecimento com uma aparência de neutralidade, verdade científica e pretensa imparcialidade, confinando o conhecimento produzido por sujeitos de grupos subalternizados ao lugar da emoção, do irracional, do cientificamente inválido. Como enfatizado por Kilomba, o corpo negro que fala, nomeia e constrói conhecimento é visto pela branquitude como fora de seu lugar e, por isso, passível de questionamento e silenciamento automático – sem que seus argumentos e suas epistemologias sejam devidamente apreciadas e consideradas racionalmente, sob o risco de desnaturalizar o poder e os privilégios dos supostos proprietários desses espaços.

O potencial crítico e transformador das contribuições teóricas das intelectuais negras está precisamente em sua capacidade de evidenciar as relações entre as experiências individuais de sujeitos subalternizados e as estruturas de poder que organizam a sociedade em sua dimensão coletiva. A emergência dos discursos, expressões e formas de conhecimento dos sujeitos marginalizados permitem a compreensão de aspectos estruturais e complexos das interações sociais de forma mais ampla. Desse modo, partindo das práticas de deslegitimação discursiva e violência epistêmica como mecanismos do racismo, sexismo e demais formas de opressão *estruturais* e *estruturantes*, estas práticas se ramificam em toda a sociedade, organizando todos os espaços de poder e visibilidade.

Portanto, as mulheres negras e demais pessoas subalternizadas que se posicionam como produtoras de conhecimento, ou seja, que desafiam o lugar social tradicionalmente atribuído a elas, tendem a ser submetidas às mesmas formas de silenciamento independentemente da esfera em que atuam – seja como celebridades protestando contra o racismo em um espaço de visibilidade midiática, como demonstrado no caso de Taís Araújo, ou

como intelectuais negras rompendo com as normas tradicionais de conhecimento por meio de seus olhares contra-hegemônicos. Paralelamente, o potencial crítico e inovador das perspectivas construídas a partir da condição de *estrangeiras de dentro* também abrange todos os espaços ocupados por essas mulheres negras em sua vida social.

Para Simmel, o estrangeiro é o sujeito cuja “posição em um grupo é determinada, essencialmente, pelo fato de não ter pertencido a ele desde o começo, pelo fato de ter introduzido qualidades que não se originaram nem poderiam se originar no próprio grupo” (SIMMEL, 1983, p. 182). Como ele é um intrometido, uma peça extra, a posição do estrangeiro é de proximidade e de distância e, para o autor, essa figura teria uma liberdade, uma objetividade e um desprendimento maiores em relação ao grupo a que pertence sem pertencer completamente. O estrangeiro não detém o que Schutz chama de sistema de conhecimento do grupo, uma forma de pensar que funciona como uma receita que serve tanto como um código de interpretação das ações dos sujeitos, quanto como um código de expressão dos sujeitos (SCHUTZ, 2010, p. 121).

Assim, o grupo de insiders tende a aceitar o padrão cultural de vida legado a ele pelos ancestrais, professores e autoridades, como um inquestionável guia nas situações cotidianas. O estrangeiro, por sua vez, não compartilha dessa receita e “descobre a si mesmo como um caso limite fora do território coberto pelo esquema de orientação corrente dentro do grupo” (ibidem, p. 124). Ele tem outra história e, por isso, outros esquemas de ação e interpretação, diferentes daquelas receitas dos insiders.

*O conceito de outsider within, expressão que pode ser traduzida como estrangeira de dentro, foi cunhado por Patricia Hill Collins em 1986. Trata-se de uma útil ferramenta teórica para se pensar o ponto de vista e a fala de mulheres negras quando inseridas em lugares nos quais sua presença é reduzida ou marginal, isto é, em quase todos os espaços de poder. Baseando-se nas ideias de Simmel e Schutz sobre o lugar que o estrangeiro ocupa em grupos de pessoas relativamente semelhantes, a autora afirma que os benefícios do status de outsider within incluem a habilidade da **mulher negra estrangeira** em “ver padrões que dificilmente podem ser percebidos por aqueles imersos nas situações” (COLLINS, 2016, p. 100). Ela destaca que a visão de mundo desses membros do grupo*

original, os insiders, pode ser especialmente parecida se eles “compartilharem padrões de classe social, gênero e background racial similares”, uma vez que eles “passaram por experiências similares, dividem uma história em comum e compartilham conhecimentos tomados como certos e que caracterizam o ‘pensar como de costume’” (ibidem, p. 116, grifo nosso).

Collins afirma que o ponto de vista sobre o mundo que vem da estrangeira de dentro é influenciado pela sua localização como parte de um grupo social num contexto histórico específico de desigualdade de raça, gênero e classe. O status de outsider within, apesar de desprivilegiado, possibilita uma produção marcada pela criatividade, pois esse lugar proporciona às mulheres negras “um ponto de vista especial quanto ao ‘self’, à família e à sociedade” (ibidem, p. 100). As interações sociais das mulheres negras ocorrem de forma específica, permeadas por confrontação e objetividade típicas de estrangeiros que, por não serem inerentes ao grupo, são livres das amarras sociais que o engendram (SIMMEL, 1983, p. 185), ao mesmo tempo em que têm sua atuação desconsiderada por não obedecerem ao sistema de interpretação vigente.

Quase uma década depois da publicação do texto de Collins, bell hooks¹ (1995) discute a importância do trabalho das intelectuais negras. A autora parte de uma perspectiva pessoal, na qual afirma que sua opção de se voltar para este exercício da intelectualidade está relacionada ao objetivo de sobreviver a uma infância dolorosa. E, assim, argumenta que nunca pensou ser possível apreender a intelectualidade separada do exercício da política do cotidiano. Ela acredita no trabalho intelectual como uma parte necessária da luta pela libertação. Porém, compreende que as opressões de raça e gênero continuam a invisibilizar e desvalorizar a obra das intelectuais.

O status de estrangeiras de dentro das intelectuais negras faz com que elas carreguem dualidades: visíveis e invisíveis, próximas e distantes. Para melhor

¹ bell hooks é o pseudônimo adotado pela escritora negra estadunidense Gloria Jean Watkins em homenagem à mãe e à avó, usando seus sobrenomes. Seu nome é grafado em letra minúscula, opção da própria autora.

compreender esse status e seu potencial epistemológico e transformador, propomos uma aproximação de três temas-chave propostos por Patrícia Hill Collins (2016).

a) A autodefinição e a autoavaliação por mulheres negras. Para ela, a "autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana" (ibidem, p. 92); consiste em tomar a palavra, emitir um discurso sobre si e assim legitimar-se como sujeito humano. Já a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das autodefinições e consiste em substituir imagens externamente definidas por imagens próprias de si como mulheres negras, validando seu poder enquanto sujeitos humanos, resistindo à desumanização nos sistemas de opressão e rejeitando a opressão psicológica internalizada.

b) A natureza interligada da opressão². Esse ponto de vista desloca o foco da investigação, "partindo de uma abordagem que tinha como objetivo explicar os elementos de raça, gênero ou opressão de classe, para outra que pretende determinar quais são os elos entre esses sistemas" (ibidem, p. 108). Collins propõe que pessoas em situação de estrangeiras de dentro, como as intelectuais negras, têm uma visão mais nítida sobre os sistemas de opressão e subordinação que incidem sobre elas, uma vez que suas experiências de interação na vida social ocorrerem na intersecção entre múltiplas estruturas de dominação. Elas percebem que minimizar uma forma de opressão ainda pode deixar outros sujeitos oprimidos de outras formas igualmente desumanizadoras, daí a importância da abordagem interseccional.

c) A importância da cultura de mulheres afro-americanas. Ao (re)valorizarem a própria cultura, feministas negras não apenas desvendaram uma área inexplorada da vivência das mulheres, mas também identificaram áreas concretas de relações sociais. Através dessa consideração de múltiplas culturas é possível observar a relação entre a consciência da opressão das pessoas oprimidas e as ações que elas empreendem para

² A preocupação com a natureza interligada da opressão também pode ser verificada nos trabalhos de Beale (1970), Gonzalez (1979), Davis (1981), Dill (1983), hooks (1981), Lewis (1977), Murray (1970), Steady (1981), entre outras.

lidar com essas estruturas. Collins apresenta um conceito aberto e expandido de ativismo, que pode inclusive acontecer no foro íntimo e consistir em apenas rejeitar definições externas. A consciência dos sujeitos e sujeitas em situação de estrangeiras de dentro – a sua perspectiva analítica, emocional e ética de si mesmas e do seu lugar na sociedade – torna-se uma parte crítica da relação entre o mecanismo da opressão e a ação de sujeitos oprimidos.

4. As implicações estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de opressão

Com esse entendimento da complexificação do processo comunicacional proporcionado pelo ingresso de mulheres negras nas interações — midiáticas, acadêmicas, políticas, enfim, interações no mundo da vida —, resgatamos a palestra de Kimberlé Crenshaw, professora de Direito, pesquisadora, ativista dos direitos civis e do feminismo, em 2016, em um TEDWomen, onde ela contou como foi a experiência que resultou no conceito de interseccionalidade — cunhado por ela, oficialmente, em 1989. Segundo Crenshaw, em 1976, Emma DeGraffenreid, uma mulher negra, mãe, esposa e trabalhadora, se candidatou a uma vaga de emprego na General Motors. Pouco tempo depois, Emma — e várias outras mulheres afro-americanas — ficaram sabendo que não haviam sido contratadas para a vaga. Acreditando que não conseguira o emprego por ser uma mulher negra, DeGraffenreid entrou com uma petição judicial contra a fábrica. No parecer jurídico, o juiz se recusou a aceitar alegação de discriminação de raça e de gênero impetrada DeGraffenreid. Para tanto, ele argumentou que o empregador contratava afro-americanos e contratava mulheres.

Nesse ponto da palestra, Crenshaw introduz a argumentação que embasa o conceito de interseccionalidade: “é preciso reconhecer que muitos dos problemas de justiça social da sociedade, como racismo e sexismo, frequentemente se sobrepõem, criando múltiplos níveis de injustiça social” (CRENSHAW, 2016). Ela então retoma o caso, avaliando que o real problema, que o juiz não estava disposto a reconhecer, era: todos os afro-americanos contratados pela General Motors eram homens e todas as mulheres contratadas eram brancas.

Para Crenshaw, apenas se o tribunal fosse capaz de ver como as duas dinâmicas opressivas atuavam juntas, ele poderia perceber a dupla discriminação enfrentada por DeGraffenreid. Entretanto, não foi esse o caso. A argumentação do juiz foi a de que, se Emma entrasse com as duas petições, ela teria tratamento preferencial, isto é, ela teria a vantagem de ter dupla oportunidade, enquanto homens afro-americanos e mulheres brancas teriam apenas uma (CRENSHAW, 2016).

Em sua sistematização da abordagem interseccional, bem como na proposta de se considerar as perspectivas de mulheres negras como produtoras de conhecimento, Crenshaw (2002) propõe não uma divisão interna dos movimentos sociais, mas precisamente sua integração, para que as ações de resistência e as políticas de igualdade contemplem as sobreposições entre as categorias de poder e subalternidade. A autora argumenta que, ao abordar as questões sociais sob um único eixo de opressão, as análises acabam por focar nos sujeitos que se encontram vitimados por apenas uma dessas categorias e privilegiados pelas demais – como no caso das análises e pesquisas que se orientam apenas pelo viés de gênero, sem considerar as diferenciações de raça, classe, letramento, orientação sexual, etc. A interseccionalidade se apresenta, então, como um caminho para tornar esses estudos e práticas mais inclusivos, considerando como os outros fatores se combinam, ampliam e modificam as dinâmicas sociais.

A partir da observação de análises sobre um único eixo de forma isolada, Crenshaw (2002) identifica duas possibilidades problemáticas que expõem a insuficiência de tais abordagens: a superinclusão e a subinclusão. Segundo a autora, a superinclusão se refere, por exemplo, à absorção das questões interseccionais pela estrutura de gênero, sem o devido reconhecimento de como o racismo, ou outra forma de discriminação, atuam sobre elas. Nesse caso, ocorre uma homogeneização indevida da diversidade de problemas, prejudicando a efetividade das análises e, conseqüentemente, a elaboração de soluções para promoção da igualdade. Crenshaw evidencia esse cenário a partir do exemplo do caso do tráfico de mulheres: embora seja fortemente impactado por fatores raciais e socioeconômicos, existe uma tendência a tratá-lo como uma violência apenas de gênero, o

que compromete a apreensão das dimensões de vulnerabilidade dessas vítimas e o desenvolvimento de medidas para sua segurança.

Já a subinclusão é definida por Crenshaw (2002) como a falha em reconhecer como opressões de gênero aquelas experiências sofridas por mulheres de grupos raciais subalternizados e não compartilhadas com mulheres do grupo racial dominante. Paralelamente, a subinclusão também pode ocorrer nas distinções entre homens e mulheres do mesmo grupo racial – na medida em que determinado problema atinge apenas as mulheres, e não os homens deste grupo, dificilmente será identificado como um problema de opressão racial. A autora enfatiza a assimetria de gênero dessas relações evidenciando que as formas de discriminação racial que vitimam especificamente os homens são tidas como questões pertinentes ao grupo racial como um todo, mesmo que não afetem diretamente, ou igualmente, as mulheres. Crenshaw exemplifica a subinclusão a partir da esterilização forçada de mulheres racialmente marginalizadas em diversos países, constituindo uma violência sistêmica cuja especificidade não tem sido tratada como uma forma de opressão racial.

Desse modo, ao focalizar apenas uma única categoria sem nomear as demais, muitos estudos sobre determinadas desigualdades incorrem na invisibilização de outras: “nas abordagens subinclusivas da discriminação, a diferença torna invisível um conjunto de problemas; enquanto que, em abordagens superinclusivas, a própria diferença é invisível” (CRENSHAW, 2002, p. 176). A autora destaca que as dimensões interseccionais são particularmente difíceis de serem identificadas quando as estruturas econômicas, culturais e sociais atuam de modo silencioso na construção de um pano de fundo, naturalizando-o de tal forma que as demais formas de subordinação das mulheres são vistas como inerentes, imutáveis e, assim, obscurecidas. Como solução, Crenshaw (2002) propõe a interseccionalidade como forma de investigar as implicações estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de opressão, em consonância com o que bell hooks (1994) chama de abordagem holística da opressão: a compreensão das estruturas de dominação de forma conjunta e interligada, a fim de evitar os pontos cegos ocasionados pelas análises de eixos isolados.

5. As vivências das mulheres negras e a dicotomia específico x universal

Na segunda parte do texto, destacamos dois acontecimentos midiáticos que envolveram atos racistas: a repercussão da palestra de Taís Araújo no TEDX, em que a atriz expôs as formas como o racismo afeta a criação de crianças negras no país; e a reação do casal Gagliasso Ewbank e seus fãs às ofensas racistas dirigidas a sua filha Chissomo no Instagram. Enquanto o casal Gagliasso Ewbank foi extensivamente apoiado pelo público por tomar providências jurídicas contra Day McCarthy, recebendo um tratamento excepcional por parte das autoridades policiais que garantiram que a justiça seria feita, Taís Araújo foi duramente criticada e ridicularizada por expor as formas como a estrutura racista transforma, de maneira violenta e injusta, a vida de seus filhos e das demais crianças negras.

Tal diferença de adesão pode ser analisada pela ótica racial, demonstrando aspectos diferentes de cada interação discursiva. O racismo dirigido a Chissomo é tratado pelos públicos como um caso legítimo, válido, verdadeiro; da esfera individual, pessoal, da injúria racial como uma ofensa, que se apresenta desvinculada da dimensão estrutural do racismo; um ataque contra uma "princesa" (como dito em comentários) negra, filha de pais loiros que defendem a sua família nuclear e que foram apoiados e valorizados pelo público nas suas declarações antirracistas. Já no caso de Taís Araújo, nem mesmo a repercussão negativa de seu discurso é vista como um ato racista, ainda que sua fala represente a desestabilização de uma norma hegemônica que determina quem pode ou não falar publicamente sobre racismo, e, portanto, seja rotulada como "vitimismo" e "mimimi"³.

A situação vivenciada por Taís Araújo é comum a muitas mulheres negras que expõem a tensão racial e de gênero de forma direta ou indireta – seja por estudarem essas temáticas no ambiente acadêmico, por exemplo, posicionando-se como seres pensantes e recusando o lugar de objetos de estudo; ou por simplesmente estarem presentes nesses espaços como iguais, e não como serviçais. Nesse sentido, a diferença de adesão também pode ser compreendida pela

³ No F5, seção de entretenimento do portal da Folha de São Paulo, a repercussão negativa do discurso de Taís virou notícia, cujo título destaca os principais comentários feitos sobre sua palestra: "'Quer aparecer', 'mimimi' e 'vitimismo': 'haters' atacam Taís Araújo após discurso da atriz viralizar". Disponível em: <<http://bit.ly/2wKFN8M>>. Acesso em: 5 set. 2018.

dicotomia específico x universal proposta por Kilomba, onde a fala de homens brancos é vista como universal, neutra, imparcial, ou seja, como *regra*; e a fala de mulheres, em especial as negras, como “específica”, “identitária”, “subjetiva” e, portanto inválida.

Quando uma mulher negra adulta consegue articular dados estatísticos, estudos sociológicos e sua própria vivência para explicar as diferentes formas como o racismo e o sexismo se manifestam na criação de seu casal de filhos, evidenciando o seu lugar privilegiado de *estrangeira de dentro* para visualizar as dinâmicas interacionais que se estabelecem na sociedade, todo o seu esforço intelectual é visto como “tendencioso”. Por isso, observa-se que única parte de sua palestra que viraliza (e que é posteriormente ironizada e ridicularizada), é uma frase: "a cor do meu filho é cor que faz com que as pessoas mudem de calçada, escondam suas bolsas e blindem seus carros", mesmo que essa frase tenha sido dita por ela apenas para expor que o racismo se manifesta de formas diferentes de acordo com o gênero dos sujeitos, evidenciando a pirâmide da hierarquia sócio-política e econômica no Brasil onde homens negros estão acima de mulheres negras, mas abaixo de mulheres brancas e homens brancos (ROSEMBERG, 2001).

Ao expor como seus filhos, crianças negras nascidas em um contexto social mais privilegiado do que a maioria das crianças negras no Brasil, estão tão sujeitos a situações de violência e de injustiça social quanto qualquer outra criança negra no Brasil, Taís estimula que seus interlocutores repensem a própria aderência a um esquema racista que automaticamente classifica crianças negras como pobres e/ou capazes de cometer crimes, desestabilizando o mito da democracia racial onde supostamente não haveria racismo no Brasil, ou onde o racismo estaria presente somente no outro.

Nesse sentido, vemos que a fala de Taís convoca *verdades desagradáveis* (RIBEIRO, 2017, p. 78) sobre a realidade brasileira em sua palestra, tratando o racismo como estrutura, e não como problema isolado. Lília Schwarcz, ao tratar especificamente sobre a forma problemática e permeada de silêncios com que as questões raciais são tratadas no Brasil, defende que

O problema parece ser o de afirmar oficialmente o preconceito, e não o de reconhecê-lo na intimidade, (...) estamos diante de um tipo particular de racismo, um racismo silencioso e que se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade e da igualdade das leis, e que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação (SCHWARCZ, 2013. l. 352).

Podemos, ainda, pensar como Taís, Giovana e Bruno representam ali diferentes papéis de maternidade/paternidade. Ao tematizar o racismo, Taís fala de uma maternidade expandida, ela fala por outras mulheres negras mesmo que use apenas seus filhos como exemplo, e, neste sentido, ela entra em consonância com o que Patricia Hill Collins chama de “poder do sentido da maternidade negra”, demonstrando que “muitas das ativistas políticas negras (...) se envolveram nos trabalhos da comunidade por intermédio do seu papel como mães. O que comumente começava como trabalho em nome dos próprios filhos evoluía para um trabalho em nome dos filhos da comunidade” (COLLINS, 2016, p. 112). Já Bruno e Giovana estão muito próximos do ideal de maternidade/paternidade ocidental (CORRÊA, 2013), e também do ideal de *white savior*⁴, ou branco salvador: ambos são brancos, engajados em causas ambientais, fazem parte de ONGs e adotaram uma criança negra do Malawi⁵, oriunda de um orfanato, que vivia em condições precárias, dando a ela uma vida de luxo no Brasil.

Por fim, vemos que, em ambos os casos, fica evidente que a abordagem interseccional, que conjuga diversos eixos de opressão para compreender a forma como o público aderiu ou não ao discurso antirracista defendido por Taís Araújo e pelo casal Gagliasso Ewbank oferece uma chave de leitura complexa para compreender o contexto das situações interacionais ali estabelecidas, que colocam em jogo, além da questão racial mais evidente, questões também de gênero, relativas às formas como mulheres e homens negros são discriminados de maneira distinta, além de problematizar as representações hegemônicas de maternidade e paternidade.

Considerações finais

⁴ Termo cunhado por Teju Cole, jornalista e escritor norte-americano, no artigo “The White Savior Industrial Complex”, para criticar pessoas brancas do ocidente que vão ao continente africano para realizar ações humanitárias insípidas apenas com o objetivo de inflar o próprio ego ou de obter ganhos pessoais com a exploração das imagens da precariedade. Disponível em: <<https://bit.ly/2oILTln>>. Acesso em: 5 set. 2018.

⁵ O Malawi é também o país de origem dos quatro filhos adotivos da cantora Madonna: David Banda e Mercy James, ambos com 12 anos; e as gêmeas Estere e Stelle, de cinco anos.

Este trabalho é uma espécie de narrativa em abismo que define Taís Araújo e a nós, que estudamos seu caso, como estrangeiras de dentro, que pensamos e falamos a partir de nossas experiências. Mesmo que muitas pessoas nos olhem com estranhamento e insistam em nos atribuir outros lugares sociais, nós, autoras, insistimos em nos autorizar, autodefinir e autovalorizar enquanto *intelectuais negras*, confiando em nossas próprias experiências e “biografias pessoais e culturais como fontes significativas de conhecimento” (COLLINS, 2016, p. 123).

Nosso lugar fronteiriço de estrangeira de dentro é um espaço de encontros de diversas opressões, de falta de privilégios, de não pertencimento, de proximidade e de distância. Entretanto, é também um lugar de potência e de tensão criativa. As opressões incidentes funcionam como lente; a falta de privilégios opera como impulsionadora da criatividade; o não pertencimento favorece a liberdade do ver e do falar; o sentimento de exclusão é o lembrete para observar o outro. Collins nos lembra que qualquer grupo de *outsiders* menos poderoso pode viver essa tensão que marca o lugar de *estrangeiras de dentro* das mulheres negras e podem, também, se beneficiar da perspectiva peculiar de *estrangeiro de dentro* num determinado grupo de *insiders*. Assim, para além de pensar os grupos de *outsiders* como objetos, é possível e preciso pensá-los como interlocutores e interlocutoras.

Em seu recente livro, *Lugar de Fala*, a intelectual negra Djamilia Ribeiro (2017) defende a necessidade de se dar voz a esses grupos, não como únicos capazes de discursar sobre suas especificidades, mas como pessoas com espaço para aceder à existência, à cena pública. Dito de outra forma, para a autora, é preciso abrir espaço para as múltiplas vozes na sociedade. Para isso, é preciso romper com formas de ver que solidificam pessoas em lugares sociais determinados e estanques, que determinam quem pode e quem não pode falar.

Somente dessa forma é possível entender a comunicação midiática não como produtora de sujeição e apagamento simbólico, mas como instância de múltiplas experiências de interação nas sociedades estratificadas. As *intelectuais negras* nos convidam a pensar a sociedade – e nós acrescentamos que, especialmente, a comunicação – como ambientes nos quais são travadas disputas de sentidos sobre as narrativas da vida social que, para o *estrangeiro de dentro*, se constituem na própria luta por ser contado como sujeito social dotado de cidadania e autonomia, um sujeito relacional com acesso à fala, à visibilidade e à aparição na cena pública.

Referências bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda. “O Perigo da História Única”. Vídeo da palestra da escritora nigeriana no evento Technology, Entertainment and Design (TED Global 2009). Disponível em: <<http://bit.ly/2PACRIW>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

ARAÚJO, Taís. “Como criar crianças doces em um país ácido”. Vídeo da palestra da atriz no evento Technology, Entertainment and Design, em São Paulo (TEDx 2017). Disponível em: <<http://bit.ly/2Q2dhY9>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

BEALE, Frances. Double jeopardy: to be Black and female. In: Cade, Toni (Ed.). *The black woman*. New York: Signet, 1970, pp. 90-110.

COLLINS, Patricia Hill. “Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro”. In: *Sociedade e Estado* [online]. 2016, vol. 31, n. 1, pp. 99-127.
_____. “Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória”. *Parágrafo*, v. 5, n. 1, pp. 6-17, jan./jun. 2017.

CORRÊA, Laura G.; VAZ, Paulo. B. F. “La figure du Noir dans la publicité brésilienne: un jeu de cartes marquées”. In: Sílvia Capanema P. de Almeida; Anaïs Fléchet (Orgs.). *De la démocratie raciale au multiculturalisme - Brésil, Amériques, Europe*. 1ª ed. Bruxelles: PIE - Peter Lang Bruxelles, 2009, v. 1, pp. 171-188.

CORRÊA, Laura G. “Mães cuidam, pais brincam: metodologia, bastidores e resultados de uma pesquisa sobre publicidade e gênero”. *Revista Contracampo*, v. 28, n. 3, ed. dez./mar., ano 2013. Niterói: Contracampo, 2013. pp. 136-154.

CRENSHAW, Kimberlé. “A urgência da “interseccionalidade”. Vídeo da palestra da escritora estadunidense no evento Technology, Entertainment and Design (TEDWomen 2016). Disponível em: <<http://bit.ly/2CvSrOa>>. Acesso em: 7 set. 2018.

_____. “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”. *University of Chicago Legal Forum*, vol. 1, art. 8, 1989.

_____. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. *Estudos Feministas*, ano 10, n. 1, 2002, pp. 171-188.

_____. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, jul. 1991, pp. 1241-1299.

DAVIS, Angela. *Women, Race and Class*. New York: Random House, 1981.

DILL, Bonnie Thornton. "Race, Class, and Gender: Prospects for an All-Inclusive Sisterhood". *Feminist Studies*, v. 9, n. 1, 1983, pp. 131-150.

FRANÇA, Vera. "Convivência urbana, lugar de fala e construção do sujeito". *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 7, p. 1-10, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://bit.ly/2wKxUjr>>. Acesso em: 4 set. 2018.

_____. O acontecimento e a mídia. *Revista Galáxia*. São Paulo, n. 24, p. 10-21, dez. 2012.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos lingüísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação apresentada no *VIII Encontro Nacional da Latin American Studies Association*, realizado de 05 a 07 de abril em Pittsburgh (USA), 1979 (mimeo). Disponível em: <<http://bit.ly/2PCGNCH>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. "Racismo e sexismo na cultura brasileira." In: SILVA, Luiz Antônio Machado et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília, ANPOCS, 1983. 303 p. p. 223-244. (Ciências Sociais Hoje, 2.).

hooks, bell. "Intelectuais Negras". *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, jan. 1995. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<http://bit.ly/2w117vB>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

_____. *Outlaw Culture: resisting representations*. New York, London: Routledge, 1994.

KILOMBA, Grada. *Plantation Memories: episodes of everyday racism*. Berlim: Unrast, 2008.

LEWIS, Diane. "A response to inequality: Black women, racism and sexism". *Signs*, n. 3, 1977, pp. 339-361.

LOURO, Guacira L. "Gênero: questões para a educação". In: BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra. (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2002.

MIRZA, Heidi S. *Black British Feminism: A Reader*. London: Routledge, 1997.

MURRAY, Pauli. "The Liberation of Black Women". In: Thompson, Mary Lou (Ed.). *Voices of the new feminism*. Boston: Beacon Press, 1970, pp. 87-102.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

_____. *Quem tem medo do feminismo negro?* Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.

ROSEMBERG, Fúlvia. "Educação Formal, Mulher e Gênero no Brasil Contemporâneo". *Estudos Feministas*. n. 2, 2001.

SCHUTZ, Alfred. "O estrangeiro: um ensaio em psicologia social". Tradução de Márcio Duarte e Michael Hanke. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 10, n. 113, p. 117-129, out. 2010.

SCHWARCZ, L. *Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira*. Série ClaroEnigma. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013. Ebook.

SIMMEL, Georg. "O estrangeiro". In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). *Simmel: Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1983, pp. 182-188.

STEADY, Filomina Chioma. The Black woman cross-culturally: an overview. In: STEADY, Filomina Chioma (Ed.). *The Black woman cross-culturally*. Cambridge: Schenkman, 1981, pp. 7-42.